

Relatório da Administração

Aos acionistas: A Administração da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - "ENTE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2013, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia: A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - "ENTE" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 85/2002 - ANEEL, datado de 11 de dezembro de 2002, celebrado com a União, a ANEEL, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2013, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia: A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - "ENTE" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 85/2002 - ANEEL, datado de 11 de dezembro de 2002, celebrado com a União, a ANEEL, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2013, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 500 kV, 4º Circuito simples, incluindo a travessia do Rio Tocantins, com 218 km de extensão, com origem na subestação de Tucuruí (ampliação) e término na subestação de Marabá (ampliação), ambas no Estado do Pará e a de 500 kV, 2º Circuito, com 246 km de extensão, com origem na subestação de Marabá, e término na subestação de Açailândia (ampliação), no Estado do Maranhão. **Sistema de transmissão:** O sistema da ENTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A companhia auferir a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2013	2012
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,98	100,00
A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. Pesquisa e desenvolvimento - P & D: Em 2013, a ENTE realizou os projetos: 1. Extração de pequenos blocos de potência nas proximidades de linhas de transmissão de alta tensão, 2. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento, 3. Tecnologia de sensores em fibras óticas para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica, 4. Cabeça de Sêrão do Projeto REMOTE, 5. Arranjos técnicos e comerciais para inserção da geração fotovoltaica na matriz energética brasileira, 6. Gestão 2017, 7. Gestão 2013. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.ente.com.br . Responsabilidade social ambiental: Como forma de incentivo à cultura e ações sociais, a ENTE está participando do desenvolvimento de diversos projetos, dentre os quais destacamos: Fundação		

Balancos Patrimoniais

31 de Dezembro de 2013 e 2012

	31/12/13	31/12/12
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.868
Investimentos de curto prazo	5	5.985
Contas a receber ativo financeiro	7	198.786
Impostos a recuperar	8	206
Estoque		7.197
Outras contas a receber		3.982
		4.440
	213.039	204.670
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários	6	3.048
Contas a receber ativo financeiro	7	389.700
Outros ativos		4.944
Imobilizado		88
Intangíveis		676
	398.456	385.641
Total do ativo	611.495	590.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
Passivo Circulante		
Empréstimos financiamentos e debêntures	9	41.718
Fornecedores		1.860
Tributos e contribuições sociais a recolher	11	13.902
Dividendos a pagar		13.247
Provisão para compensação ambiental		543
Taxas regulamentares	10	6.044
Outras contas a pagar		4.912
	82.226	67.051
Não circulante		
Empréstimos financiamentos e debêntures	9	51.766
Adiantamento de clientes		3.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	64.449
Outros passivos		2.032
	118.247	153.888
Patrimônio líquido		
Capital social		196.645
Reservas de lucro		203.270
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		11.107
	411.022	369.372
Total do passivo e patrimônio líquido	611.495	590.311

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distrib. de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	160.337	21.799	16.705	115.051	24.686	-	338.578
Aumento de capital	16.705	-	(16.705)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	113.805	113.805
Destinação proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	5.690	-	-	-	(5.690)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(24.686)	-	(24.686)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(46.800)	(46.800)
Incentivo fiscal	-	-	18.365	-	-	(18.365)	-
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	(11.525)	(11.525)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	17.410	14.015	(31.425)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	177.042	27.489	18.365	132.461	14.015	-	369.372
Aumento de capital	18.365	-	(18.365)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	121.334	121.334
Destinação proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	6.067	-	-	-	(6.067)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(14.015)	-	(14.015)
Dividendos Intercalares	-	-	-	-	-	(55.406)	(55.406)
Incentivo fiscal	-	-	20.284	-	-	(20.284)	-
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	(11.088)	(11.088)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	16.969	11.107	(28.076)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14	196.645	33.556	20.284	149.430	11.107	411.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (a "Companhia" ou "ENTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Neagrão, 166 - 6º andar - Sala D - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
085/2002	30	2032	177.716	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.559/2013. A RAP de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica. A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo conselho de administração, em 26 de fevereiro de 2014. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. Os dados nos financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis seguem o meio ambiente, não foram cobertas pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem em caixa, quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação. **3.2. Estoques:** Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. **3.4. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construída) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu

montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **3.4.1. Provisões para litígios:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.5. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. • Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.6. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Tributação:** 3.7.1. **Impostos sobre a receita de transmissão:** A receita de transmissão está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%. Esses tributos são deduzidos da receita de transmissão, e está apresentada na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. 3.7.2. **Correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período-base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. A companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAMP pelo prazo de até 31 de dezembro de 2015, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. 3.7.3. **Diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída com resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. **3.9. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos. **3.11. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum do assembleia geral ordinária. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão obrigatória ao dividendo no mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	31/12/13	31/12/12
Receita operacional líquida	15	158.802
Custo operacional		
Pessoal	(3.013)	(2.275)
Materiais e serviços de terceiros	(8.158)	(6.252)
Custo de fiscalização do serviço de energia elétrica	(692)	(816)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura	(7.856)	-
Outras	(327)	(339)
	(20.046)	(9.682)
Lucro bruto	163.730	145.120
Despesas (receitas) operacionais		
Administrativas e gerais	(2.159)	(2.165)
Pessoal e administradores	(2.415)	(2.060)
Depreciação e amortização	(18)	(50)
	(4.592)	(4.275)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	159.138	140.845
Despesas financeiras	16	(12.551)
Receitas financeiras	16	999
	175.199	129.293
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	147.586	126.163
Imposto de renda e contribuição social	(15.286)	(13.473)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(10.966)
	(26.252)	(23.358)
Lucro líquido do exercício	121.334	113.805
Lucro por ação básico e diluído - R\$	1,20	1,13
Quantidade de ações ao final do exercício (Lote de mil)	100.840	100.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

liquido. A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios. **3.12. Taxas regulamentares:** 3.12.1. **Reserva Global de Reversão (RGR):** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a pesquisa, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP. 3.12.2. **Programa de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos. 3.12.3. **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia, quando registrados, são segregados em: • **Receita de desenvolvimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. 3.13.1. **Receita de transmissão de Energia Elétrica:** O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema. As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são reconhecidas em: • **Receita de desenvolvimento de infraestrutura:** Receitas de remuneração dos ativos da concessão. E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em: • Receitas de operação e manutenção; • Receitas de remuneração dos ativos da concessão. 3.13.2. **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.14. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.0. O resultado por ação é calculado pelo dividendo líquido da Companhia dividido pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Para o cálculo do resultado diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição. **3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas baseiam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **15.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem impactos de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.15.2. Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido de ativos que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

Saldo em 31 de dezembro de 2011	54.598
Imposto diferido reconhecido no resultado	(1.115)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	53.483
Imposto diferido reconhecido no resultado	10.966
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	64.449

12. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como "possível" e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2013 não houve valores envolvidos possíveis. Em 31 de dezembro de 2012 o valor envolvido estimado foi de R\$10.503, em processos tributários e R\$155 em processos civis.

13. PARTES RELACIONADAS

A remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração em 2013 foi o total de R\$ 836, (R\$ 685 em 2012) compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$196.645, representado por 100.840.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		% do capital Total
	Integralizadas Ordinárias	Votante	
ALUPAR Investimento S.A.	50.431.150	50,011057%	50,011057%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	50.408.850	49,988943%	49,988943%
	100.840.000	100,000000%	100,000000%

14.2. Reserva de lucro: 14.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 14.2.2. **Reserva de incentivo fiscal:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido pra fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto nº 4.212/2002. Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. Diante do exposto, a Companhia ENTE formalizou junto à SUDAM e obteve deferimento da redução do imposto de renda de acordo com o Laudo Constitutivo nº 095/2005, em 75%. No exercício de 2013 a Companhia capitalizou incentivo fiscal no total de R\$18.365, (R\$16.705 em 2012). 14.2.3 **Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida Lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

14.3. Dividendos propostos: A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2013,

no montante de R\$ 55.406, (R\$ 46.800 em 2012), valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro líquido do exercício após a apropriação da reserva legal e reserva de incentivo fiscal). De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$11.088 em 31 de dezembro de 2013, (R\$11.525 em 2012).

Lucro líquido do exercício	2013
Constituição da reserva legal	121.334
Despesas indedutíveis	(6.067)
Reserva para reinvestimento	(413)
Incentivo fiscal	(20.284)
Base de cálculo de dividendos	94.570
Juros sobre capital próprio	(11.088)
Dividendos intermediários	(55.406)
Reserva de lucros retidos	(16.969)
Destinação para dividendos	11.107

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/13	31/12/12
Receita operacional bruta	196.015	166.352
Receita de Operação e manutenção	16.764	14.966
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	7.856	-
Receita de remuneração dos ativos da concessão	171.395	151.386
Deduções da receita operacional	(12.239)	(11.550)
PIS	(1.124)	(1.060)
COFINS	(5.187)	(4.895)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(4.322)	(4.079)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.606)	(1.516)
Receita operacional líquida	183.776	154.802

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/13	31/12/12
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	950	1.421
Outros	49	214
	999	1.635

	31/12/13	31/12/12
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(10.235)	(14.767)
Outros	(2.316)	(1.550)
	(12.551)	(16.317)
Resultado financeiro	(11.552)	(14.682)

Conforme requerido pela legislação fiscal a Companhia contabilizou como despesas financeiras, juros sobre capital próprio no montante de R\$11.088 em 31 de dezembro de 2013 (R\$11.525 em 2012). Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/13	31/12/12
Lucro Contábil antes do imposto de renda e Contribuição social	147.586	126.163

	31/12/13	31/12/12
Juros sobre capital próprio	(11.088)	(11.525)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(27.717)	(16.575)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	108.781	98.063
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	36.986	33.341
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(892)	(49)
Despesas indedutíveis	463	388
Outras	(27)	(169)
	36.530	33.511
Constituição de passivo tributário diferido	10.966	(1.115)
Incentivo fiscal	(20.284)	(18.365)
Lei Rouanet	(960)	(880)
IR exercício anterior	-	(793)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	26.252	12.358
Taxa Efetiva	17,79%	9,80%

a) **Regime tributário de transição:** A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais. Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's. Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (11.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possam optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** O valor contábil dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. b) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (I) *Risco de crédito* - A Companhia

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (II) *Risco de preço* - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; (III) *Risco de taxas de juros* - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI; (IV) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; (V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. c) **Hierarquia do valor justo:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferências entre avaliações de valor justo nível II e nível III. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o contas a receber - ativo financeiro. d) **Valor justo:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: (i) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos e financiamentos (líquidos dos custos a amortizar). (ii) O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro. O prêmio anual montou em R\$ 19. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 366.

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE** - Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações

contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente

se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC - 1SP144343/O-3
Rita de C. S. de Freitas
Contadora CRC - 1SP214160/O-5